

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Processo nº 23700.000385.2018-51.

Assunto: Eventual aquisição por SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS para o IF Sertão PE – Reitoria e Campi.

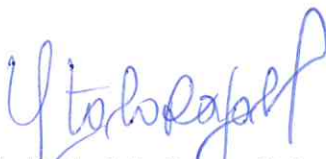
DESPACHO

Em 14 de novembro de 2018.

À Senhora Diretora Geral,

1. Encaminhamos a Vossa Senhoria o Processo nº. 23700.000385.2018-51 de Eventual aquisição por SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS para o IF Sertão PE – Reitoria e Campi, com intuito de tomar ciência, analisar a aprovação do Termo de Referência, Ratificação da Análise Administrativa e juntar aos autos documento de Autuação e Autorização de abertura de Processo Licitatório, conforme orientações do Manual de Licitações e Compras deste Instituto.
2. Sem mais neste ensejo, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,



Ytalo Rafael de Souza Reis
Chefe do Departamento de Administração e Planejamento
Portaria nº224, 17 de abril de 2018.
IF Sertão/PE - Campus Santa Maria da Boa Vista

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA
DIREÇÃO GERAL

Setor Interessado: Assessoria de Comunicação.

Unidade Orçamentária: Campus Santa Maria da Boa Vista do IF Sertão – PE

Fonte: 8100.

PTRES: 108900.

Natureza de Despesa: 449000


AUTUAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Faço a autuação do presente processo administrativo, Pregão nº 03/2018, (Eventual aquisição por SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS para o IF Sertão PE – Reitoria e Campi).

Autorizo e justifico a instauração do procedimento licitatório, nos termos do inciso III do art. 8º do Decreto Federal nº 5.450/2005 e demais normas pertinentes, como Órgão gerenciador, através do Pregão nº 03/2018, (Eventual aquisição por SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS para o IF Sertão PE – Reitoria e Campi).

O presente Ato Administrativo ficará condicionado à existência de análise e parecer favorável da Assessoria Jurídica junto ao IF Sertão – PE e, ainda ao cumprimento de todas as determinações legais que regem as Contratações Públicas.

Santa Maria da Boa Vista/PE, 14 de novembro de 2018.


Maria Gomes da Conceição Lira
Diretora Geral Pró Tempore

Portaria nº 719, 03 de novembro de 2017.

IF Sertão-PE - Campus Santa Maria da Boa vista



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E LICITAÇÕES



Processo Administrativo: 23700.000385.2018-51

Assunto: Aquisição de equipamentos audiovisuais para o IF Sertão – PE.

Justificativa da não divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP

Exposição de Motivos

O objeto da licitação trata-se da Aquisição de equipamentos audiovisuais para atendimento das necessidades dos Campi e Reitoria deste Instituto Federal, cujo serviço ora a serem contratados neste processo em comento foram planejados previamente de acordo com a realidade peculiar do Campus, levando-se em consideração a disposição geográfica dos municípios instalados os mesmos, e bem como, os preços extraídos do site compras governamentais e de fornecedores conforme Instrução Normativa - IN nº 05/2014 alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017, da demanda estimada para cada Grupo descrito no edital da licitação, que será este último objeto de disputa entre os licitantes/fornecedores na fase externa da licitação pública, modalidade pregão na forma eletrônica, através do sistema de registro de preços.

Nesse sentido, o Decreto Federal nº 7.892/2013 que regulamenta o sistema de Registro de Preços, possibilita ao Administrador Público a dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços para que os demais órgãos públicos conveniados ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) não sejam órgãos participantes na origem desta contratação, em razão da impossibilita de economia de escala de forma conjunta, tendo em vista a peculiaridade do Planejamento Realizado de forma específica para os campi do IF Sertão – PE, conforme demonstrado no Termo de Referência fls. nº 115 do processo em epígrafe.

Sobre a dispensa da divulgação da IRP pelo Órgão Gerenciador, no caso desta Autarquia Federal, destaca –se o que dispõe o regramento jurídico, no seu art. 4º, § 1º do Decreto Federal nº 7.892/2013, no que diz:

18

Y. J. J. J.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E LICITAÇÕES



Art. 4º—Fica instituído o procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP, a ser operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais - SIASG (...)

§ 1º A divulgação da intenção de registro de preços poderá ser dispensada, de forma justificada pelo órgão gerenciador.

Diante disso, resta claro que a norma jurídica da Intenção de Registro de Preços – IRP, permite ao Órgão Gerenciador tal possibilidade da não divulgação para que outros órgãos da União entrem como participantes na origem do processo da contratação. Com isso, permitindo aos agentes públicos daquele Órgão Gerenciador o poder discricionário de decidir sobre a divulgação da IRP, assim evitando desperdícios por parte dos demais órgãos públicos e uma contratação antieconômica.

Corroborando, o agente público ao decidir pela não divulgação da IRP, os mesmos estão pautados no “Poder Vinculado” do Direito Administrativo. Que este “Poder”, se refere principalmente, conforme preceitua a jurista e doutrinadora Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2009, p.212), ao afirmar que:

Pode-se, pois, concluir que a atuação da Administração Pública no exercício da função administrativa é vinculada quando a lei estabelece a única solução possível diante de determinada situação de fato; ela fixa todos os requisitos, cuja existência a Administração deve limitar-se a constatar, sem qualquer margem de apreciação subjetiva.

No entanto, é oportuno ressaltar que um ato administrativo puramente vinculado torna-se difícil, tendo em vista que sempre existirá **“aspectos sobre os quais a Administração terá opções na sua realização.** Mas o que caracteriza o ato vinculado é a predominância de especificações da lei sobre os elementos deixados livres para a Administração” (MEIRELLES, 1998, p. 103).

Em consonância com o já exposto, Marçal Justen Filho (2014, p.266), obtempera a obrigatoriedade constante do Caput do Artigo 4º do Decreto em comento, ao dizer que:

15

Y. Tob



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E LICITAÇÕES



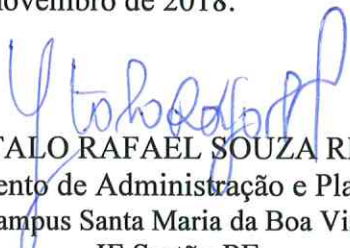
“Não existe impedimento a que um órgão produza um registro de preços destinado a contratações de seu exclusivo interesse. Esse registro de preços ‘interno’ poderia ser planejado com maior simplicidade e facilidade. Caberia identificar a qualidade do objeto apto a satisfazer as necessidades do órgão, estimar os quantitativos máximo e mínimo por fornecimento e determinar as condições de entrega.”

Ainda o jurista Marçal Justen Filho (2014, p.266), acrescenta-se sobre a não Divulgação da IRP que:

“Admite-se que, em vista das circunstâncias do caso concreto, haja a dispensa do procedimento de manifestação de IRP. Deve-se ter em vista que a ausência do procedimento tende a gerar distorções e problemas. Portanto, a regra geral é a obrigatoriedade da solução, que atende de modo mais satisfatório ao dever de planejamento da Administração Pública.”

Portanto, ante as considerações acima vislumbra-se ser regra a divulgação da Intenção de Registro de Preços pelos órgãos e entidades do SISG, em razão da finalidade de tal procedimento, **mas se houver justificativa adequada poderá o mesmo ser afastado, como, de ordem técnica e econômica, assim demonstrado por este Instituto Federal do Sertão Pernambucano que a contratação dos serviços/objeto deste Pregão - SRP somente interessará ao próprio órgão gerenciador (Campus Santa Maria, Campi e Reitoria), ante suas características apresentadas no planejamento constante nos autos do processo.**

Santa Maria da Boa Vista, 14 de novembro de 2018.


YTALO RAFAEL SOUZA REIS
Departamento de Administração e Planejamento
Campus Santa Maria da Boa Vista
IF Sertão PE





Gestor de Compras

IRP

Manifestar Interesse

Analisar IRP

Quadro de IRP

Ambiente: PRODUÇÃO

Consultar IRP

14/11/2018 11:19:19

* Filtros da Consulta	<input checked="" type="checkbox"/> UASG Gerenciadora
	* Parâmetro <input type="text" value="INST.FED.CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA"/> <input type="button" value="Consultar"/>
	<input checked="" type="checkbox"/> N° da IRP
	* Parâmetro <input type="text" value="00002/2018"/>
	<input type="checkbox"/> Situação da IRP (Permite Múltipla Seleção)
	<input type="checkbox"/> Município/UF da UASG Gerenciadora
	<input type="checkbox"/> UF - UASG Gerenciadora
<input type="checkbox"/> Material de Interesse	
<input type="checkbox"/> Serviço de Interesse	

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

<u>Órgão da UASG Gerenciadora</u>	<u>UASG Gerenciadora</u>	<u>N° da IRP</u>	<u>Objeto</u>	<u>Situação da IRP</u>	<u>CPF do Gestor de Compras Responsável</u>	<u>Ações</u>
26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	158740 - INST.FED.CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA	158740 - 00002/2018	Eventual aquisição por SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS para o IF Sertão PE – Reitoria e Campi.	Transferida	062.791.224-92	<u>Selecionar</u>

Um registro encontrado.

HA